

Franquia Senado postal terá inquérito

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — O sub-procurador geral da República, Cláudio Fonteles, determinou ontem a abertura de inquérito pela Polícia Federal para apurar o uso de cotas do contrato de franquia postal do Senado por uma empresa privada, a Henry Joalheiros. "Isto é peculato", disse Fonteles, descrevendo o crime praticado e que envolve o desvio de verba pública. Hoje a Superintendência da PF em Brasília deve designar o delegado que cuidará do caso.

O primeiro-secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), já assinou portaria criando uma comissão de inquérito para investigar o caso. Ela será composta por três funcionários e será presidida pelo servidor Clayton Zanolourenci. O proprietário da joalheria, Pedro Neves, será chamado para depor ainda esta semana.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse ontem que o responsável pela irregularidade deverá "no mínimo ressarcir os cofres públicos do prejuízo". Mas ele não acredita na investigação interna do Senado: "Aqui é a casa do perdão".

Implacavelmente — O líder do PMDB, senador Mauro Benevides (CE), comentando o caso, afirmou que "a Mesa tomará providências implacavelmente" e o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) disse que era "inacreditável" que este tipo de coisa ainda ocorresse. "Quem fez isso é um imbecil, é muita burrice", disse, ao duvidar que algum senador tenha participado da irregularidade, especialmente depois do *impeachment* de Collor.

A mulher do proprietário da joalheria, Andréia Neves, negou ontem, apesar do carimbo do Senado, que a empresa tenha usado a cota de um senador para postar a mala direta. "Eu mesma paguei pelas correspondências", afirmou.